Por que não voto em Lula

Por **MÁRIO MAESTRI***

Caso Lula ganhe, vencerá a institucionalização do status quo antipopular construído nas últimas décadas

Votar em Lula não é o meio de barrar Jair Bolsonaro, a extrema direita e, sobretudo, o golpismo. Não é voto consciente ou desesperado que justifique um candidato golpista de vice, no frigir dos ovos, um mero detalhe. Votar em Lula, no primeiro ou no segundo turno, significa, por um lado, reafirmar o caminho que levou ao golpe de 2016, e, por outro, institucionalizar suas transformações. Constitui rendição estratégica ao grande capital e ao imperialismo e renúncia, agora e depois das eleições, à luta pela autonomia do mundo do trabalho.

Caso Lula ganhe, vencerá a institucionalização do *status quo* antipopular construído nas últimas décadas, também pelo PT, que conheceu salto de qualidade em 2016. Com sua vitória, permanecerão o essencial do arrasado pelo golpismo e o privatizado. A monstruosa dívida – dita pública – será paga religiosamente. E continuará o salário-mínimo miserável, com retoques. Será mudado algo na superfície para que siga a terrível corrente destruidora, silenciosa ou barulhenta, nas profundezas.

Votar em Lula, no PT e em seus anexos significa consolidar o deslocamento dos trabalhadores do centro da vida política e social, avançado há décadas pelo lulopetismo, que desembocou no desastre de 2016. Movimento favorecido pela cooptação-domesticação das direções sindicais e sociais e sobretudo pela substituição do programa do mundo do trabalho por pautas social-liberais. Uma realidade extremada após 2002. José Dirceu propôs a bancarização do país como a grande transformação estrutural petista.

A partir de 2010, desvelando sua alma obscura profunda, o PT decretou retoricamente o fim da classe trabalhadora, anunciando que, no Brasil, a imensa maioria da população teria passado a ser “classe média”. Tudo segundo o metro torto do IBGE, rendido ao petismo, narrativa apoiada por ideólogos lulistas como o sociólogo Marcelo Neri, autor de *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, de 2012, livro indicado para o Prêmio Jabuti. A novidade correu o mundo como comprovação do fim da “luta de classes” e das maravilhas do social-liberalismo.

Servindo aos senhores

Havia décadas, o PT vinha tirando a população e os trabalhadores da rua, com traição após traição, como forma de se propor como gestor das classes populares, segundo os interesses do grande capital, nos governos municipais, estaduais e federal. Nos governos municipais, o canto de sereia do Orçamento Participativo propunha, com banda de música e carro de som, a divisão das migalhas do orçamento público, segundo a vontade da população, enquanto o banquete ficava à disposição das empreiteiras, das empresas de ônibus, dos hospitais privados, etc. Em quatorze anos de governo federal, o PT não concedeu sequer uma das grandes reivindicações dos trabalhadores brasileiros, nem mesmo as 40 horas de trabalho. E retirou importante direitos.

Nesse longo período, o PT arbitrou sempre o salário mínimo muito abaixo de seu valor real, ensejando que jamais uma família trabalhadora pudesse sobreviver, com ele, com um mínimo de dignidade, para o gáudio de micros, pequenos, médios e grandes capitalistas. Deixou a população nas mãos dos banqueiros, que empreenderam o maior saque jamais

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

conhecido, na história do Brasil, da população brasileira, por meio dos juros dos cartões, dos cheques ditos preferenciais, etc.

A população foi escorchada incessantemente, sem qualquer defesa. O lulopetismo foi mais longe. Concedeu o "crédito consignado", a taxas elevadíssimas, descontado diretamente da folha de aposentados, reformados, etc. Ou seja, empréstimos sem qualquer risco para os bancos. Com razão, em 2009, em Istambul, Lula declarou: "Se tem uma coisa que nenhum empresário brasileiro pode se queixar nos meus seis anos de mandato é que nunca se ganhou tanto dinheiro como no meu governo". (*Folha de S. Paulo*, 22 de maio de 2009.)

Seguindo sua metamorfose social-liberal, o petismo e seus satélites praticamente prepararam o golpe de 2016, do ponto de vista material, ao contribuir para a desindustrialização do país, e do ponto de vista sociopolítico, ao desorganizar as classes trabalhadoras e suas organizações. E tudo fizeram conscientemente. E, surpresos com a injustiça com que foram tratados, ao serem defenestrados, em 2016, pelo golpe do grande capital e do imperialismo, passaram a esforçar-se para que não se trincasse, e muito menos se quebrasse, o ovo da serpente que haviam ajudado a chocar. No novo espaço inóspito, haviam que restabelecer os laços privilegiados que mantinham, antes de 2016, com o grande capital.

O golpe de 2016 foi salto de qualidade no assalto do capital internacional ao Brasil. Através dele, sobretudo o imperialismo estadunidense avançou fortemente no controle das rédeas centrais da nação. O golpe procurava superação no processo que vinha se gestando nas entranhas da sociedade brasileira desde o fim do Regime Militar, em 1985. Processo que, sejamos honestos, não foi combatido mas apoiado pelo lulopetismo, como proposto. Dois mil e dezesseis foi desdobramento político do processo econômico pluridecenal das radicais internacionalização, desnacionalização, desindustrialização da economia nacional. Os grandes instrumentos político-econômicos nessa debacle foram a valorização do real, as grandes privatizações, a bancarização do país, o controle de fato do Banco Central pelo grande capital, o abatimento das barreiras alfandegárias, as transferências de indústrias para o exterior, etc.

Desconstrução da nação brasileira

Os capitais internacionais que desembarcavam no Brasil para comprar empresas nacionais públicas e privadas eram saudados como verdadeiras conquistas nacionais, e não como conquistadores sedentos de sangue, pela grande imprensa comprometida nesse processo, por partidos no governo e fora dele, por economistas e acadêmicos assoldados ou inebriados pelos mitos do liberalismo. O recuo e a forte desorganização da classe operária brasileira escorreram pelo leito da desindustrialização nacional. Não foram apenas resultados da ação deletéria de partidos e sindicatos que se agiram, e muito lucraram, como representantes obedientes do liberalismo internacional.

Em 2016, o Brasil iniciou seu trânsito do *status* de nação semicolonial – com relativa autonomia política nacional e com as principais decisões econômicas sendo influenciadas-determinadas pelo grande capital, para o *status* de "nação neocolonial globalizada". "Situação na qual as classes dominantes nacionais, já sem o mando das decisões econômicas centrais, perdem também a autoridade sobre as decisões políticas fundamentais, participando delas como associados subordinados. Metamorfose estrutural exigida pelo capitalismo mundial em estágio senil, na luta pela extensão de sua hegemonia, para relançar o dinamismo perdido, à custa do arrasamento das nações subordinadas." (MAESTRI, 2019: 363.)

Tratou-se de fuga para o futuro lançando o país de volta aos tempos da Colônia, renascida no século 21. O golpe destruiu e segue destruindo o pouco de capital monopólico estadual e nacional – grandes empreiteiras, JBS, Petrobras, Eletobras, Banco do Brasil, etc. A área de ação das grandes empresas nacionais (já semiprivatizadas, antes do golpe – como a Petrobras, com capital acionário negociado em Nova York) é ocupada por empresas globalizadas. O avanço econômico dos USA no país não é maior em razão de sua atual debilidade relativa. Novos imperialismos, como o chinês, participam da alienação da autonomia nacional.

O Brasil, que já foi economia industrializada em expansão, passou a mero produtor de manufaturados de baixa tecnologia e escasso valor agregado – bugigangas e semibugigangas –, enquanto sua economia se assenta mais e mais na produção e exportação de produtos primários: grãos, carne, minérios, petróleo. Mercadorias que passam a desempenhar o papel do açúcar, do ouro, dos diamantes, do café, do cacau nos tempos da Colônia e do Império. Uma após outra, diversas montadoras – parte da encenação sobre pretensa indústria automobilística nacional – abandonam o Brasil.

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

Mutatis mutandis, retornamos aos tempos da escravidão colonial, quando o mercado externo era tudo e o interno, desprezível. A primarização da economia nacional ensejou e enseja classe dominante totalmente desinteressada pelo destino da nação, como um todo, já que produz suas mercadorias localmente, em forma decentralizada, e as exporta para o exterior, em geral servindo-se de escassa mão de obra. O mercado interno, em *lilliputização*, interessa-lhe cada vez menos. O que alavanca e permite salários mínimos de fome. É o fim da Era Getulista, proposta e avançada por FHC.

Tudo para recuperar o perdido

Em 2016, o PT perdeu o mandato concedido pelo liberalismo, que passou a governar sem mediações. Como vimos, o partido não lutou contra o golpe promovido pelo grande capital e pelo imperialismo, aos quais servira e se dispunha a continuar servindo. A manipulação golpista das instituições não punha fim ao jogo parlamentar formal e à participação, mesmo reduzida, do colaboracionismo na gestão do Estado. O PT organizou-se para recuperar posições representativas perdidas. Foi seguido nesse caminho por organizações que se reivindicam do marxismo, interessadas na representação parlamentar burguesa e já despreocupadas do mundo do trabalho.

Após o giro retórico à esquerda, para vencer o pleito presidencial de 2014 – não reduziria direitos sociais "Nem que a vaca tossisse" –, no dia seguinte à vitória, Dilma Rousseff despejou baldes de maldades sobre a população e os trabalhadores perplexos, na maior operação de estelionato eleitoral jamais empreendida no Brasil. Ela e o PT, buscando reverter a nova orientação do grande capital e do imperialismo quanto à terceirização do governo, sinalizavam que podiam seguir apertando o torniquete dos sofrimentos antipopulares. O que, em verdade, o PT não podia fazer além de um certo ponto sem se arriscar a desaparecer como partido.

Após incompatibilizar-se com as classes populares que, mesmo confusas e sem direção, ensaiavam alguma resistência à sua deposição, Dilma Rousseff foi se defender no Senado, como se o *impeachment* fosse um rito constitucional impecável. Referendou, assim, o golpe. E manteve seus direitos políticos como prêmio. O que lhe ensejou outra humilhação, ao classificar-se no quarto lugar como candidata ao Senado, em Minas Gerais, em pleito com fortes fumos de manipulação, sobretudo no que se refere àquela eleição.

Após o golpe, o PT e seus puxadinhos se mantiveram imobilizados, esperando a "poeira baixar". A CUT não chamou jamais à greve geral política, não querendo se incompatibilizar com o grande capital. Não quis pôr em marcha os trabalhadores, já que se encontrava também em seu caminho. A seguir, ela e as demais centrais e sindicados foram reduzidos à mingua, com o fim do desconto obrigatório das cotizações dos associados. O "rei ficou nu" – em sua imensa maioria, as centrais e organizações sindicais eram construções superestruturais, caixinhas de fazer dinheiro.

Não era golpe e ele jamais existiu

O PT passou a criticar Michel Temer, e não o golpe, palavra que chegou a ser proposta como demasiadamente "forte" para descrever o que ocorrera. Boa parte da esquerda reivindicando-se do marxismo foi mais longe. Praticamente até o 31 de agosto e o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, o PCB negou-se a defender o governo, ao defini-lo como social-democrata. Jones Manuel, o guru losurdista do PCB, escrevia, em 2 de abril de 2016: "Não, não prestamos qualquer apoio ao Governo do PT e não entramos na histeria do golpe." Em 17 de abril, a Câmara aprovava o processo de impedimento de Dilma. O PCB não viu que o golpe era dirigido contra os trabalhadores e a nação, não contra a presidenta. Como em 1964, quando o golpe não objetivara depor João Goulart, presidente fazendeiro aburguesado, mas golpear estruturalmente o mundo do trabalho.

O PSTU, a CST e grupos semelhantes praticamente apoiaram o golpe, propondo ser uma invenção petista, não importando a deposição da presidenta, já que ela ou Temer seriam farinha do mesmo saco, tudo no estilo "Que se vayan todos". Luciana Genro, do MES, defendeu apaixonadamente a ação de Sérgio Moro, pau-mandado-mor do imperialismo. Com os apoios abertos ou envergonhados à Lava Jato e ao golpismo e a defesa chocha petista do governo Rousseff, não houve combate ao golpe. Abandonados e manipulados, os trabalhadores e a população viram as portas do inferno se abrirem

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

diante de si. O que já era ruim, ficou terrível.

Uma pequena parte da população ensaiou resistência ativa. Em 7 de setembro de 2016, protestou-se contra o governo Michel Temer nas grandes cidades do Brasil. Em 24 de outubro, houve grandes manifestações pelo país afora contra a PEC dos Gastos Públicos, repetidas, com sucesso, em 11 e 25 de novembro. Em um salto de qualidade, em 15 de março de 2017 ocorreu paralisação geral contra a reforma da Previdência, anunciada pelo primeiro governo golpista.

Em 28 de abril de 2017, centrais e movimentos sociais promoveram greve geral e manifestações, sempre contra a reforma da Previdência. Com a paralisação dos transportes públicos, as ruas das capitais ficaram desertas. Sessenta mil trabalhadores teriam aderido à paralisação no ABC paulista. Era a resistência da população que avançava, começando a envolver os trabalhadores, sem um verdadeiro apoio dos partidos ditos oposicionistas e da CUT. A reação popular permitiu ao petismo e anexos propor e avançar seus tradicionais bons serviços ao golpismo, ao capital, ao imperialismo.

Do dia do “Fica Temer” ao “governo Bolsonaro”

Em 26 de agosto de 2017, um balde de água fria foi lançado sobre as mobilizações populares crescentes. Em Salinas, Minas Gerais, terra da boa cachaça, Lula da Silva mandou a militância sair das ruas, parar de gritar “Fora Temer”, preocupar-se com as eleições de 2018. Gritou em voz alta, para todos ouvirem, “Fica Temer”! E, agradecido, Temer ficou. A direção e os parlamentares do PT, da CUT, do PSOL enquadraram-se felizes à orientação. A prioridade era preparar as próximas eleições gerais. “Resistir não é preciso; eleger-se é preciso.”

Em 7 de abril de 2018, meses antes das eleições, Lula da Silva, com ordem de prisão expedida, entrincheirou-se no sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo, para onde afluíram mais e mais trabalhadores. A coisa ficava ruça para os golpistas. Desta vez, o homem ia resistir! Reafirmando sua natureza cordata, Lula da Silva entregou-se, dizendo acreditar na Justiça golpista. Mandou os manifestantes voltarem para casa. Pagou quase dois anos de prisão, com o apoio da Justiça golpista, sem que o PT e a CUT se mobilizassem realmente por sua liberdade.

A campanha e o pleito de 2018 deram-se segundo o figurino petista e golpista. O candidato foi Fernando Haddad, mais tucano que petista. Mais água fria do que morna, realizou campanha digna de professor universitário chique, daqueles que vão pra aula de terno e gravata, mesmo no verão. Jamais proferiu a palavra golpe, que, em 10 de agosto de 2016, dissera ser “um pouco dura” para descrever o que ocorrera, já que “lembra(va) a ditadura militar”. Um pequeno afago aos militares no poder e no governo. Enquanto isso, os trabalhadores sufocavam com o joelho do golpismo sobre o pescoço.

Não se exigia o fim do golpe, eleições livres, recuperação do que a população e os trabalhadores haviam perdido. Não se propôs aumento substancial do salário mínimo. O único importante era derrotar Bolsonaro, a surpresa do pleito, que chegava ao segundo turno. Para formar uma “Frente Antifascista”, beijaram-se as mãos e os pés de golpistas definidos como “direitistas democráticos”. Engambelando-se o eleitorado, propôs-se vitória próxima até a véspera das eleições fajutas.

Cada um ganhou o seu

Foram eleições de cartas marcadas, em tudo irregulares. A dita Justiça Eleitoral, os senhores generais, a grande mídia seguiram cantando e dançando atrás do carro de som do golpismo e de Bolsonaro. E, como estava inscrito nos astros, elegeram-se Jair Bolsonaro e uma maré de governadores, senadores, deputados federais e estaduais de mesma pelagem, todos entre o horrível e o pavoroso. Políticos e intelectuais bem comportados da classe média horrorizaram-se com o que viam, culpando o povo e os pobres por não saberem votar. Se queriam príncipes, por que os criaram como escravos? — lembraria Nietzsche.

Em 1° de janeiro de 2019, a patuleia encabestrada pelo petismo e puxadinhos, desenxabida, ficou em casa e a farsa eleitoral entronizou o segundo governo golpista. E, então, Haddad e Boulos, ajoelhados, reafirmaram a legalidade do pleito, em tudo ilegal. Mostraram-se bem comportados e com as melhores intenções em relação ao grande capital, aos senhores generais, à Justiça golpista, ao imperialismo. Haddad, sempre exagerado ao inclinar-se, desejou um bom governo

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

ao Mito! Mas a dita oposição – PT, PCdoB, PSOL – ganhou também seu quinhão, não tanto quanto queriam, mas bastante. Elegeu governadores, deputados, senadores, que, no melhor dos casos, nada fizeram, e, no pior, apoiaram medidas e iniciativas golpistas.

Sobretudo o Ogro mostrou-se funcional. A oposição colaboracionista, com raízes entranhadas nos servidores públicos, nas classes médias profissionais, na intelectualidade, na burocracia partidária e sindicalista, etc., apontou perigo fascista, à espreita, na esquina. Outra vez, a orientação geral foi deixar "baixar a poeira", "dar-se as mãos". Lançaram-se cursos, *lives*, livros, seminários sobre o fascismo e como combatê-lo. "Sem provocá-lo", é claro. A luta é de posições, de convencimento, como ensinara Gramsci. Alguns espertalhões refugiaram-se no Primeiro Mundo, dizendo-se ameaçados, de onde passaram a pontificar sobre o Brasil!

As hordas dos "camisas negras" cairiam logo sobre esquerdistas, intelectuais, homossexuais, artistas. A população desconsiderou os prognósticos dos derrotistas sobre as milícias bolsofascistas. No carnaval de rua de 2019, de um lado a outro do Brasil, em uníssono, mandaram o Mito "àquele lugar". A resposta verbal desconjuntada de Bolsonaro registrou que ele não contava com tropas aguerridas, de "manganello" à mão, para calar dissidentes. Mais tarde, sequer conseguiu formar um partido seu. Seguiria prometendo golpes a torto e a direito, e passeando de motocicleta.

Da Frente anti-Bolsonaro ao "Fica Bolsonaro"

Proclamou-se a necessidade de "Frente de Salvação Nacional" contra o bolsofascismo, e não contra o golpe, já superado com as eleições legais de 2018, segundo parece. O programa da "Frente" não deveria assustar banqueiros, empresários, proprietários, os generais e o imperialismo. Aceitava-se manter no essencial as realizações golpistas, sem as extravagâncias bolsonaristas. Uma "transição democrática", como a de 1945 e a de 1985, sem a destruição a fundo do autoritarismo e a recuperação do perdido pela população.

Em 15 de maio e 13 de agosto de 2019, através do país, a população voltou às ruas, manifestando-se em defesa da Educação. Em 7 de setembro, exigiu o fora Bolsonaro. Em 5 de novembro, nas grandes capitais do Brasil, houve protestos de vanguarda contra a morte da vereadora Marielle Franco e o autoritarismo. As mobilizações eram dilatadas no tempo, para que não se retroalimentassem com o entusiasmo popular, e cuidadosamente mal organizadas e convocadas pelo colaboracionismo. Era necessário mostrar que havia povo, mas que ele seguia manietado.

Em 8 de novembro de 2019, Lula da Silva foi posto em liberdade, por decisão do STF e, sobretudo, permissão dos senhores generais, que certamente consultaram o imperialismo. Durante seu longo tempo de prisão, jamais o PT e a CUT chamaram uma mobilização nacional por sua liberdade. Respeitava-se a legalidade de uma condenação que se acusava de ilegal. A libertação era acontecimento político nacional maior. Então, diante dos trabalhadores e da população nacional, Lula da Silva gritou "Fica Bolsonaro". Outra vez, repetindo Salinas, mandou o povaréu desacorçoado preocupar-se com as eleições de 2020, e não em derrubar Bolsonaro.

A oposição colaboracionista consolidava a rendição como seu centro político de gravidade, do qual não se afastaria uma polegada. Seguia propondo "frente patriótica e democrática" amplíssima contra Bolsonaro, e não contra o golpe. Ela devia ser capaz de acolher os "golpistas democráticos", os "generais racionais", os "bolsonaristas arrependidos". Não devia superar um programa levemente desenvolvimentista, que não questionasse as reformas profundas do novo bloco hegemônico formado sob a direção do imperialismo e do grande capital, excetuando-se modificações cosméticas. "Algo deve mudar, para que tudo continue como antes" – propunham aos senhores do poder, como propôs o grande filósofo italiano… Burt Lancaster, diria Bolsonaro.

Nada de "Fora Bolsonaro", de "abaixo o golpismo", de "generais de volta aos quartéis", de "eleições diretas já", de devolução dos direitos perdidos, de estatização do privatizado, de "golpistas na prisão", etc. Em 2002, após a destruição nacional fernandina, Lula e o PT decidiram que o "perdido, perdido estava" e avançaram, pela estrada do governo anterior, sob a bênção do grande capital, lançando alguma fumaça nos olhos da população. O ex-sindicalista mostrou aos donos do poder que podia impor uma reforma da Previdência tão malvada como a do FHC. Daquela traição histórica nasceu o PSOL, que hoje volta a se abraçar com Lula da Silva, em verdadeiro retorno do filho pródigo à casa paterna.

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

Covid, um presente dos céus

A "Frente Ampla" defendia o respeito ao governo Bolsonaro e à Carta Magna, verdadeiro bordel nas mãos do STF, do Congresso, dos senhores generais. Bolsonaro como candidato em 2022 se transformava no trunfo petista para a formação do bloco colaboracionista, que deveria contar com amplíssimo apoio popular. A frente pluriclassista e colaboracionista objetivava garantir o pleito de 2020, com a eleição de prefeitos e de vereadores e o retorno, ao menos parcial, do PT à posição de destaque anterior a 2016. O pleito ensejaria a rearticulação do colaboracionismo bem comportado em direção a outubro de 2022, com o fim do bolsonarismo, sem questionar a institucionalização do golpismo, como dito.

O plano de voo da restauração petista exigia que a população ficasse em casa, não afugentasse com reivindicações, manifestações, greves, saques, ocupações, os "golpistas democráticos", os "fascistas arrependidos", os milhares de oficiais mamando nas tetas do Estado. A paz social comprovaria que o PT era capaz, novamente, de domesticar a população. Pouco importava que o golpismo seguisse reconstruindo-prostituindo as instituições da nação, instaurando verdadeira escravidão assalariada, chupando o tutano da população brasileira.

Em fins de fevereiro de 2020, o Covid-19 desembarcou no Brasil como um presente tardio de Natal para o colaboracionismo. Havia, agora, razões sanitárias para manter a população em casa, ao menos a que tinha condições para fazê-lo. A palavra de ordem era "salvar vidas", pouco importando que o "fique em casa" não pudesse ser seguido pela grande população trabalhadora e que aquela orientação facilitasse a consolidação do golpismo. Para além do histerismo das redes sociais e das declarações políticas vazias, a negativa a uma resistência dura, ao deixar o governo fratricida de mãos livres, contribuiu para a hecatombe sanitária conhecida pelo país.

O colaboracionismo centrou sua artilharia retórica no negacionismo do governo Bolsonaro, que seguia as instruções do grande capital, de Donald Trump, do alto comando das forças armadas. Definiram-se novas, inócuas e risíveis formas de oposição, enquanto se esperava a epifania eleitoral: panelaços, abaixo-assinados, denúncias ao Senado, ao Parlamento, ao STF, à OAB, aos órgãos internacionais, os conchavos políticos, artigos, livros, poemas, milhares, dezenas de milhares de *lives*. A direção colaboracionista entrou em crise transitória quando jovens de esquerda, com as máscaras de praxe, desceram às ruas e puseram facilmente a correr grupelhos bolsonaristas e direitistas que saltitavam diante das câmeras da mídia. Foi um pequeno repeteco da "revoada dos camisas verdes", de 7 de outubro de 1934, na Sé, em São Paulo.

Direitistas civilizados

Em 25 de março de 2020, PT, PSOL, PCdoB, PCB e Rede publicaram elogios às administrações e lideranças direitistas que apoiavam medidas anti-Covid – Doria e Witzel foram aplaudidos. Propunha-se "ampla convergência contra a insensatez (sic) de Bolsonaro". Sobre o golpe, já não se falava. Era a "Frente Ampla" em marcha. Em inícios de abril, Lula e Doria trocaram afagos, mas a noiva escolhida, ansiosa à espera da noite de núpcias, seria outra: o Alkmin, quem diria, o bruxo que roubava a merenda das criancinhas!

"Defendendo vidas" e mantendo a população fora da rua, o 1° de Maio foi celebrado virtualmente, com Lula da Silva, Dilma Rousseff, Gleisi Hoffmann, Fernando Haddad, Flávio Dino, Manuela d'Ávila, etc., e uma cáfila de golpistas e direitistas – FHC, o "exterminador do futuro"; Rodrigo Maia; Marina Silva; Eduardo Leite, o "matador de professores", e por aí vai. Jamais um bordel esteve tão concorrido. A iniciativa, sem repercussão nenhuma, avançava a preparação da população para alianças políticas antinatura e a naturalização-instucionalização do golpe, na construção do novo normal, por meio das eleições.

Em 21 de maio de 2020, PT, PCdoB, PSOL, PCB, PCO, PSTU, UP e dezenas de organizações sociais entregaram a Rodrigo Maia pedido de *impeachment* de Jair Bolsonaro, sem qualquer mobilização, no estilo "pra inglês ver". Se o pedido tivesse progredido, assumiria a presidência o general Mourão, general direitista, privatista, vende-pátria, proposto como civilizado. Flávio Dino, governador do Maranhão – antes no PT, então no PC do B, mais tarde no PSB, e no futuro não se sabe onde –, acabara de defender a ascensão do vice à presidência.

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

Em 27 de maio, mais de trezentos representantes de partidos e movimentos signatários do pedido marcaram em plenária virtual manifestação nacional… virtual. A população devia "ficar em casa". O homem põe e deus dispõe. Em 25 de maio, George Floyd, cidadão negro estadunidense foi morto por sufocamento por policiais em Minneapolis, motivando manifestações antirracistas multitudinárias nos USA, onde a epidemia girava à solta. Manifestações incipientes de apoio no Brasil foram sufocadas pela exigência do "fique em casa".

Em 29 de maio, o manifesto "Estamos Juntos!", de cor "amarela", com enorme apoio da grande mídia, propunha confluência suprapartidária da "esquerda, centro e direita", "unidas" para "defender a lei, a ordem, a política" e tudo mais. Nada sobre os direitos perdidos e os golpes sofridos pela população e pela nação. Assinou toda a malta – FHC, Haddad, Boulos, Dino, Freixo e vários outros. Menos Lula e Gleise. A proposta amplíssima estava deixando de fora o principal representante do colaboracionismo: o comportado ex-metalúrgico, agora em liberdade. Em 26 de junho, foi lançado novo manifesto amarelo, pela "democracia", com desejos diáfanos de melhorias sociais.

Assinavam Haddad, Boulos, Suplicy, Freixo, Dino, Tarso Genro, entre outros, concedendo atestado de democratas a FHC, Weffort, Raul Jungmann, à enricada Neca Setúbal, Roberto Freire, Eduardo Leite, Cristóvão Buarque, Heloísa Helena, Tbata Amaral e toda a vara direitista. Temer recusou o convite. Bolsonaro não foi convidado por entrar como bode expiatório de todos os males desde 2016. Lula da Silva e Gleise negaram-se a subir no trio dos "cabem todos", cortando as asas de Haddad, Dino e outros iguais, que já aceitavam conciliação incondicional, enterrando PT e Lula da Silva.

A maionese desanda

Com a crise econômica e social precipitando-se, Bolsonaro, enfraquecido, encontrava-se em confronto direto com Sérgio Moro, o Congresso, o STF, o Centrão-Direitão e os mais poderosos governadores. A população já olhava torto os senhores oficiais encastelados no governo. O golpismo seguia avançando, apoiando-se no Centrão-Direitão e no Parlamento, marginalizando o Mito, transformado em *fuhrer* pé de chinelo, sem financiadores, sem milícias, sem partido, sem dinheiro para construir um para si. Bolsonaro balançava, debilitando o próprio golpe.

Em 12 de junho de 2020, os senhores generais da ativa, verdadeiros sustentáculos do golpismo, representantes do imperialismo e do grande capital, bateram forte com o coturno na mesa, vetando "impeachment" presidencial e a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão pelo Tribunal Superior Eleitoral. O que era mais grave. Para proteger o golpe, propuseram distensão, sinalizando que manteriam sob cabresto curto Bolsonaro e seus lunáticos. E cumpriram, no geral, a promessa e o acordo, aceitos pelo colaboracionismo.

Muito logo, políticos direitistas respeitáveis foram nomeados ministros das Comunicações, da Educação, substituindo extremistas bolsonarianos aluados. Os filhos do Ogro baixaram o tom. Damaris voltou para seu pé de laranja-lima. Sara Winter passou a brilhar na face escura da Lua. O guru-astrólogo referencial, abandonado sob o peso de vultosas dívidas judiciais, conheceu morte inglória, após voltar e fugir do Brasil, pelo Paraguai, rota de contrabandistas. Os últimos ministros ideológicos ficaram aguardando a degola inexorável. Era o fim do bolsonarismo ideológico.

No pleito de 15 de novembro de 2020, os candidatos bolsonaristas naufragaram, vencendo sobretudo os partidos tradicionais da direita. Na eleição, o colaboracionismo teve seu programa consagrado. Candidaturas majoritárias direitistas foram votadas, "criticamente", por partidos que se reivindicam marxistas, tudo para "combater" o "inimigo maior". O PSOL festejou a eleição de 33 vereadores, resultado de sua reorientação identitária – 17 mulheres, 13 negros, duas vereadoras trans, cinco mandatos coletivos. Operários, sindicalistas, camponeses não estavam mais na moda. O PCB, PSTU, PCO, UP não emplacaram sequer um vereador. Ficaram esperando a próxima safra.

Em direção às eleições

A partir de 2021, o lulopetismo impôs de forma esmagadora sua orientação colaboracionista, voltada a desorganizar qualquer ação que não fosse dirigida ao pleito de 2022 e à eleição de Lula, apresentado agora como salvador da pátria do bolsonarismo, para além de qualquer compromisso programático com os trabalhadores e com a população.

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

Paradoxalmente, a proposta de aliança interclassista para o afastamento de Bolsonaro, ao começar a se consolidar, foi combatida pelo petismo, que a condicionou, à esquerda e à direita, à aceitação incondicional da candidatura Lula da Silva. O importante não era derrotar Bolsonaro, mas eleger o ex-metalúrgico.

Com a precipitação da crise social, o espraiar do desemprego e o retorno duro da inflação, ensaiaram-se manifestações populares, como sempre escassamente convocadas e organizadas, distantes temporalmente umas das outras. Em 29 de maio de 2021, em duzentas cidades do país, em torno de 400 mil manifestantes reivindicaram a vacinação, maior auxílio emergencial, educação, etc. O mesmo ocorreu em 19 de junho, com aumento da participação popular, sobretudo na av. Paulista, em São Paulo.

Em 3 de julho, coroando a proposta de "União Nacional", com a luz verde do PT e anexos, convocou-se manifestação aberta às direções e aos militantes de partidos golpistas e direitistas, não apenas ao PSDB e MDB. O Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua apoiaram a iniciativa, mas justificaram com a pandemia a não participação. Militantes do PSDB e do PCO teriam se xingado e se esbofeteado sem maior gravidade. Em 24 de julho, nova manifestação nacional, com afluência relativamente escassa. Militantes organizados atearam fogo no monumento a Borba Gato.

Em 7 de setembro, Bolsonaro convocou sua militância, anunciando movimento de desobediência ao STF de claro viés golpista. O empresariado direitista pôs a mão no bolso e se desdobrou na organização da "marcha sobre Brasília", que se concentraria na avenida Paulista, coisas deste país que já foi chamado de Terra dos Papagaios. Apesar dos esforços, os direitistas não teriam superado os cem mil na Pauliceia Desvairada Paulista. No resto do Brasil, os *rendez-vous* bolsonaristas não raro foram microscópicos. Alguns, constrangedores.

Tremendo de medo

Outra vez, o colaboracionismo propôs a iminência do assalto dos "camisas verde-amarelas" ao Palácio da Alvorada. Praticamente foram suspensas as manifestações populares para aquele dia, sob a consigna de não "provocar" o inimigo. Nas listas do WhatsApp, militantes petistas, no conforto de suas moradias, imprecavam desesperados para que Stédile tirasse seus sem-terra das ruas. Em São Paulo, no vale do Anhangabaú, apareceram não mais de vinte mil esquerdistas, salvando a cara do bolsonarismo.

Com a escassa ocorrência de militância que esperava acontecimento catártico, Bolsonaro foi esconder-se sob as asas de Michel Temer, que lhe ditou carta humilhante pedindo desculpas ao STF. Uma resposta multitudinária do movimento social teria assentado golpe duríssimo no bolsonarismo e no golpismo. Teria, entretanto, desorganizado o cenário eleitoral. Cinco dias mais tarde, em 12 de setembro, fracassou proposta de manifestação suprapartidária e supraideológica, contra o golpismo, com a participação de dirigentes e militantes do PDT, PSDB, MDB, DEM, etc.

Desta vez, o MBL e o VPR fizeram-se presentes, unindo-se aos anti-bolsonarianos, registrando limitadíssima capacidade de mobilização. A presença da militância de esquerda e petista foi mínima, a primeira, não aceitando o contubérnio com a direita, a segunda, porque a manifestação não referendava a candidatura petista e acenava para uma eventual "terceira via". Repetimos, o importante não é derrotar Bolsonaro, mas eleger Lula e encastelar novamente o colaboracionismo.

Em 2 de outubro de 2021, em mais de duzentas cidades, realizaram-se manifestações comunitárias pela democracia e contra a inflação, fome, desemprego, chamadas pelo PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB, PV, Rede, Cidadania e Solidariedade, PSTU, PV, UP, DEM, MDB, PCB, PC do B, PCO, PDT, PL, Podemos, PSB, PSD, PSDB, PSL, etc. Os oradores direitistas foram vaiados ou não puderam falar. Em São Paulo, não se reuniram mais de 10 mil manifestantes. Com elas, praticamente se encarrava o ciclo de manifestações populares, sempre sabotadas – pouco preparadas, organizadas e convocadas.

O fim das manifestações

A manifestação proposta para o 15 de novembro foi suspensa, em parte sob escusa da marcha de 20 do mesmo mês, Dia Nacional da Consciência Negra, que se realizou com diminuta afluência de militantes e populares. Em 2022, as manifestações nas datas referencias do movimento social foram programadas como meras saudações à bandeira – 8 de

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

março, 1º de maio, etc. Já não era mais necessário pedir que a população ficasse em casa – ela já se recolhera, sem confiança em suas forças, esperando as eleições e qualquer coisa após ela. O colaboracionismo triunfara.

Em meados de 2022, concluía-se com indiscutível vitória o longo movimento de embretamento do mundo do trabalho e da população, no curral eleitoral em outubro daquele ano. Em um salto de qualidade, o proposto salvador da pátria escolheu como candidato de chapa Geraldo Alkmin, ex-governador de São Paulo do PSDB, odiado pela população, em razão, entre outros malfeitos de sua administração, da superfaturação da merenda escolar e dos contratos entre o estado e a prefeitura de São Paulo com Organizações Sociais de Saúde (OSS).

Durante o governo de Alkmin em São Paulo, a bancada petista avançara 23 propostas de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Já no PSB, ao lado de Lula da Silva, Alkmin cantou a Internacional Comunista, em verdadeiro escárnio ao centenário da fundação do comunismo no Brasil. Mais do que assegurar alguns votos à direita, a escolha de Alkmin constituiu decisão monocrática de Lula da Silva, que registrava sua autonomia em relação ao próprio PT, aos demais apoiadores, ao mundo do trabalho, à população brasileira.

O sucesso do colaboracionismo petista consolidou-se com a cooptação de praticamente todas as organizações de centro-esquerda que se reivindicam do marxismo, como o PCB, PSTU, UP, PCO, etc., ou como o PSOL, já afundado no eleitoralismo. Como resultado do colaboracionismo burguês, elas reafirmaram, explícita ou implicitamente, o voto em Lula-Alkmin. Apenas reivindicaram, chorosas, o direito de apresentar candidato presidencial no primeiro turno, para alavancar seus respectivos aparatos.

Eleitoralismo sem princípios

A defesa dos aparatos partidários e de suas burocracias partidárias esbarra, agora, nas cláusulas de barreira da legislação eleitoral autoritária, que empurra a boiada eleitoreira para o bipartidarismo, obrigando os partidos que quiserem seguir mamando no Estado a contratar “federações partidárias” por quatro anos, para não perder as benesses públicas. A Justiça Eleitoral acaba de aprovar a coligação do PSOL com a REDE, que se dividiu ao votar o golpe e mantém ligações umbilicais com o sistema bancário nacional.

Foi pequena a defecção de militantes psolistas indignados com o concubinato anti-natura, permanecendo no partido militantes e tendências que se reivindicam, formalmente, há décadas, do marxismo-revolucionário. Ficaram para não perder a possibilidade de eleger e reeleger alguns parlamentares e, quem sabe, conseguir uma boquinha no próximo governo. Em mais uma encenação midiática, Luciana Genro tirou foto com Alkmin fazendo cara feia. Sempre fiel ao “me engana que eu gosto”, seu eleitorado aplaudia a careta.

O PCdoB, o Partido Verde e o PT já aprovaram sua federação “Brasil da esperança”, o que significará inexorável absorção dos dois primeiro pelo último, já que o importante é eleger-se e reeleger-se. O PSDB se federou com o Cidadania, movimento sem expressão política. O prazo para as federações encerrou-se em fins de maio.

O PSTU lançou outra vez proposta de Polo Socialista e Revolucionário, esperando captar militantes rompidos com o PSOL. Em razão de sua estrutura autoritária, é crível que repita o fracasso de mesma iniciativa lançada quando da formação do PSOL. Participa do Polo o pequeno MRT, que vê nele um repeteco da Frente de Esquerda dos Trabalhadores-Unidade (FIT-U), aliança eleitoral de organizações trotskistas argentinas de longa vida e não desprezível inserção no movimento operário combativo. Da FIT-U participa o partido-mãe argentino, referência da Fração Trotskista-Quarta Internacional, da qual participa o MRT.

Como o imperialismo manda

A campanha do Polo-PSTU será pautada pela agitação declamatória do programa revolucionário que, no último meio século de sua existência, permaneceu desconhecida por parte do mundo do trabalho. Se servirá da tribuna eleitoral para agitação pró-imperialista e pró-Otan, no referente à Ucrânia, com seus ataques episódicos tradicionais ao que resta de Cuba, da Nicarágua, da Venezuela, da Coreia, do Irã. Tudo segundo exige o imperialismo. O que porá possivelmente fim ao Polo.

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

Nas eleições de outubro, se vence o PT, não teremos nada parecido com o segundo governo Lula da Silva, quando dos bons tempos da economia internacional. Teremos, isso sim, a volta do colaboracionismo social-liberal duro, em situação de crise econômica internacional crescente, com o controle do movimento social sob a justificativa de que pouco e mesmo muito pouco é melhor que nada.

A vitória lulista permitirá institucionalização *soft* do golpismo e abrirá, possivelmente, em 2026, o caminho para o retorno em fúria da direita. Já conhecemos os resultados da aliança sem princípios para derrotar Macri, na Argentina, e, agora, começamos a entrever os resultados do colaboracionismo de Boric, no Chile. Dois países que contam, entretanto, com um importante e combativo movimento social e operário. O que não é o caso do Brasil, sobretudo após a longa campanha, acelerada desde 2016, da oposição colaboracionista de desorganização da resistência popular.

Os perdedores de sempre

Se vencer uma eventual terceira via, com o agora rostinho simpático de Simone Tebet, teremos governo conservador, que, segundo o colaboracionismo, deverá ser respeitado, por sua pretensa legalidade conquistada nas urnas. Ele fará avançar as iniciativas golpistas, em forma apenas mais civilizada do que Jair Bolsonaro. E, se vencer este último, não restará ao colaboracionismo senão seguir sua estrada tradicional, propondo, como em 2018, o respeito ao pronunciamento das urnas, hoje santificadas, e apostar as fichas populares nas próximas eleições de 2024 e 2026 e 2028… Nos dois últimos casos, o esforço petista para controlar o movimento social deverá ser maior. O que o valorizará diante do grande capital.

Nas três opções, teremos vencedores e perdedores certos. Nas três variantes, vencerá o ordenamento burguês autoritário, fortalecido e legitimado, que, em suas diversidades, possui identidade estrutural. Vencerá gloriosamente o Partido dos Trabalhadores, que certamente se constituirá como primeiro partido brasileiro, sempre a serviço do capital. Ele elegerá grande número de governadores, senadores, deputados, para a alegria das multidões de burocratas e militantes, defenestrados desde 2016.

Nos três casos, o movimento social seguirá sua absorção pela ideologia do colaboracionismo burguês, que o penetra e o domina há décadas. A autonomia do mundo do trabalho seguirá sendo uma necessidade imperiosa, imprescindível aos explorados e à emancipação da própria nação brasileira, um projeto a ser construído, no contexto da decomposição já irremediável de organizações políticas reivindicando-se do marxismo e do classismo, mas praticando o eleitoralismo e o colaboracionismo. Isso, após cem anos da fundação do movimento comunista no Brasil. Por tudo isso, não voto em outubro, nem que a vaca tussa, no primeiro e no segundo turno, no PT ou nos seus pendurecos, envergonhados ou não![1]

***Mário Maestri** *é historiador. Autor, entre outros livros, de* O despertar do dragão: nascimento e consolidação do imperialismo chinês (1949-2021).

Referências

DIRCEU, José. Zé Dirceu. *Memórias*. São Paulo: Gerações, 2018.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

MAESTRI, Mário. *O despertar do dragão*: nascimento e consolidação do imperialismo chinês. (1949-2021). O Conflito USA-China no Mundo e no Brasil. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

MAESTRI, Mário. *Revolução e Contra-Revolução no Brasil*: 1530-2019. 2. ed. Ampliada. Porto Alegre: FCM Editora, 2019. <https://clubedeautores.com.br/livro/revolucao-e-contra-revolucao-no-brasil>

NERI, Marcelo. *A nova classe média*: O lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo:

Saraiva, 2011.

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.

Nota

[1] Agradecemos a leitura, comentários e sugestões de Márcio Bárbio e Florence Carboni.

A Terra é Redonda

© 2025 A Terra é Redonda. Todos direitos reservados. ISSN 3085-7120.